

Comentários sobre as Bibliotecas das Universidades Britânicas

DAVID SPILLER *

Situação das bibliotecas universitárias na Grã-Bretanha, tendo em vista a análise e as recomendações do Relatório Parry. Discussões sobre o papel da biblioteca universitária frente aos novos métodos de ensino, necessidade de orientação sobre o uso da biblioteca, problemas de controle central e departamentalização, recursos financeiros e função da biblioteca universitária no sistema nacional de informação.

O RELATÓRIO PARRY

Esta exposição é uma tentativa de apresentar um sumário das idéias dos bibliotecários universitários e autoridades em biblioteconomia da Grã-Bretanha que podem ter relevância para o estudo do cenário brasileiro no campo da Biblioteconomia. Por sorte, grande parte dos dados pode ser facilmente encontrada em relatórios do governo. Em 1967, o University Grants Committee nomeou uma sub-comissão para realizar um estudo sobre as bibliotecas universitárias. O resultado deste traba-

* Bibliotecário representante do Conselho Britânico no Brasil.

lho é conhecido como Relatório Parry e constitui um exame completo dos fatores internos e externos que afetam a organização das Bibliotecas Universitárias.

MÉTODOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM

No longínquo ano de 1921, um outro relatório da University Grants Committee afirmou: «A natureza e eficiência de uma universidade podem ser determinadas a partir do tratamento dado ao seu órgão central — a biblioteca.» Durante o século vinte, o grande aumento no número de alunos matriculados nas universidades britânicas e as mudanças verificadas na política das universidades para o ingresso de alunos exigiu que as mesmas aumentassem seu pessoal e adotassem novos métodos de ensino muito mais dependentes dos serviços oferecidos pelas bibliotecas universitárias. Outro relatório do governo, de 1964, intitulado Relatório Hale relativo a Métodos de Ensino demonstrou distinta preferência pelo método tutorial de ensino, em oposição ao tradicional método de exposição da matéria e livro texto. O relatório indicou que a exposição é a melhor alternativa após a leitura individual; que para os alunos a preparação obrigatória de tópicos para discussão estabelece uma necessidade que não existe na exposição formal. O relatório recomendou o uso de listas de livros bem organizadas contendo, de preferência, uma indicação das leituras prioritárias. Considerou ainda, que leituras adicionais sugeridas pelo corpo docente e pelo pessoal da biblioteca estimulariam o aluno a trabalhar por conta própria e a ler a literatura sobre sua disciplina com uma atitude de alerta e de crítica. O relatório concluiu que este tipo de leitura era, geralmente, uma característica dos melhores alunos e levava naturalmente ao trabalho de pesquisa.

Este ponto de vista influiu no relatório governamental sobre educação médica, publicado em 1968 — Relatório Todd (3) que recomendou, entre outras coisas, «uma redução considerável no ensino formal» e que «o aluno deve aprender a usar a biblioteca e a explorar o material bibliográfico por conta própria». Ressaltou também que programas de rádio, TV e bibliotecas de fitas gravadas devem ser mais utilizados.

Alguns anos após a publicação dos relatórios Hale e Todd, estas recomendações não parecem tão surpreendentes e existe atualmente uma tendência geral na educação britânica, de maior experimentação, em todos os níveis, para o estudo individual. Nas escolas, a experiência americana possui sem dúvida a liderança, porém a prática britânica está também se afastando das formas tradicionais, em direção às técnicas de ensino em grupo onde é dado maior ênfase ao que o aluno aprende e não ao que o professor ensina. É extraordinário o desenvolvimento do ensino baseado na orientação do nível primário ao secundário — sendo conhecidos os projetos do Schools Council e de Nuffield — e nas universidades politécnicas, onde os alunos estudam para obter melhores qualificações técnicas.

Em todos estes níveis se verifica uma redução das barreiras tradicionais da sala de aula, um preconceito com relação ao estudo individual e um aumento na utilização da biblioteca.

É óbvio que os meios de comunicação áudio-visuais e os instrumentos da tecnologia educacional têm papel preponderante nesta mudança de ênfase ocorrida em nosso sistema educacional. Deve ser lembrado que na Grã-Bretanha os bibliotecários das universidades ainda não adotaram completamente a idéia de um centro de recursos abrangendo diversos tipos de comunicação.

Alguns vaticinam que eles nunca o farão. Na experiência recente da Universidade Aberta, a importância dos programas de televisão na estrutura geral do curso foi muito enfatizada durante a fase inicial da criação da universidade. Em geral a biblioteca universitária, sabedora do seu papel na educação e na pesquisa, dificilmente porá em dúvida o domínio atual do livro, sem antes considerar longa e cuidadosamente o assunto. Há alguns anos, o Diretor da Universidade de Yale sintetizou claramente as vantagens do livro em relação aos outros meios de comunicação, ao afirmar que «o livro é portátil, durável, não requer eletricidade, e acima de tudo, pode ser abraçado». Ele deveria ter acrescentado, além disto, que o livro é barato.

No entanto, os bibliotecários universitários voltaram sua atenção para a *integração* do material áudio visual com o material bibliográfico, em suas coleções, e a Universidade de Sussex realizou um projeto de pesquisa, financiado pelo Office for Scientific and Technical Information (OSTI), para estudar os problemas da biblioteca associados a material não bibliográfico.

Na última década, a luta principal dos bibliotecários das universidades tem sido clara: ocupar o ponto vital no processo educacional — o lugar onde o aluno possa se desenvolver de acordo com o seu próprio ritmo e seus interesses e que forneça um serviço básico de apoio aos departamentos da Universidade. Neste sentido, foi um grande estímulo ler recentemente os comentários de um professor de inglês da Universidade de Cambridge, Mr. John Holloway, que disse: «os recursos da biblioteca são a maior garantia para qualquer faculdade contra currículos reduzidos, ensino dogmático e obsolescência». Este professor afirma ainda que os gastos com um único professor são equivalen-

tes a manutenção de cerca de 5 a 8 mil livros na biblioteca da universidade.

Concordo que tudo isto é muito subjetivo. Para resumir, gostaria apenas de enfatizar que após a publicação do Relatório Parry e de outros documentos, passou-se a considerar que «o mais importante que um aluno aprende na universidade é como aprender». Da mesma forma, trabalhar por conta própria, com livros ou material áudio visual é um pré-requisito para se poder aprender a pensar por si próprio. Precisamos assim de professores e pessoal nas bibliotecas para ensinar os alunos a utilizá-las convenientemente.

ORIENTAÇÃO SOBRE O USO DAS BIBLIOTECAS

Nos últimos anos, as universidades britânicas passaram a reconhecer a necessidade de ser dada maior orientação sobre o uso das bibliotecas.

Em 1963, porém, quando a Comissão Parry pesquisou sobre a opinião do corpo docente a respeito da necessidade desta orientação, obteve respostas que divergiam radicalmente. Alguns acreditavam que um treinamento sobre o uso das bibliotecas seria um insulto para a inteligência dos alunos.

Estas opiniões perderam o seu valor quando da publicação dos resultados do levantamento efetuado pela University Grants Committee que entrevistou mais de 1000 alunos universitários para conhecer o quanto eles sabiam a respeito da utilização da literatura referente às suas disciplinas. Os resultados foram inquietantes. Por exemplo, a proporção de alunos que afirmava saber da existência de material bibliográfico nas bibliotecas era a seguinte: 37% sabia da existência de sumários, 22% sabia da existência de outros materiais bibliográficos, 33% sabia da existência de indi-

ces. Apenas 14% dos alunos disse ter aprendido a manejar este material. Para dar outro exemplo — 25% dos alunos entrevistados não sabia se as bibliotecas de suas universidades possuíam catálogos por assuntos e por autor.

Um levantamento feito na Universidade de Birmingham sobre a utilização de livros da biblioteca pelos alunos recém-formados não foi menos surpreendente. Por exemplo, perguntou-se a 92 alunos que não conseguiram encontrar um item específico em suas bibliotecas que atitude haviam tomado para localizar o mesmo. Apenas 58 — em 92 — haviam consultado um dos catálogos da biblioteca e destes, 23 não conseguiram encontrar a ficha, que na verdade estava lá. Os outros nem mesmo consultaram o catálogo.

Estes dados estatísticos mostraram claramente a necessidade de um maior aprofundamento na orientação sobre as bibliotecas. Folhetos informativos e palestras já eram usados. Muitas universidades começaram então a fazer experiências com apresentações sistemáticas de material de assuntos específicos, cursos sobre a procura e utilização de informação, e uma grande variedade de guias impressos dos recursos bibliográficos da biblioteca. Alguns bons exemplos deste último podem ser obtidos através da Universidade de Essex.

A tecnologia educacional é um recurso útil nestas ocasiões. A Universidade de Warwick, por exemplo, instalou uma pequena sala de projeção perto da entrada principal da biblioteca, onde, através de slides e gravações em fita, foi feita a apresentação da biblioteca durante as seis primeiras semanas do período letivo de 1973. Calcula-se que isto tenha sido assistido por mais de 1000 estudantes. Outra série de slides e gravações usada com grande sucesso constituiu um

guia sobre as publicações governamentais, que, acredito ser de grande utilidade no Brasil. Recentemente, na Bienal do Livro em São Paulo, assisti a uma apresentação de material áudio-visual produzido pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, que é um exemplo que pode ser utilizado.

É difícil transformar em números os efeitos que estes esforços vêm produzindo na Grã-Bretanha. Podemos dizer, contudo, que foram aprendidas lições muito importantes. Descobriu-se, por exemplo, que os cursos apresentam melhores resultados quando o pessoal da biblioteca e da faculdade atuam em conjunto. Concluiu-se também ser aconselhável relacionar a orientação ao próprio estudo do aluno (mostrando isto a ele), já que um dos maiores temores dos alunos é ter que estudar aquilo que eles consideram irrelevante para as suas necessidades pessoais e sociais. As bibliotecas universitárias estão constantemente organizando estes cursos, adaptando-os às necessidades locais. Quaisquer que sejam as dificuldades, a orientação sobre o uso das bibliotecas continuará a ser uma parte importante dos serviços prestados pelas bibliotecas universitárias.

BIBLIOTECAS CENTRAIS OU DEPARTAMENTAIS

Uma das controvérsias mais constantes do cenário da biblioteca universitária envolve bibliotecas departamentais em oposição a uma biblioteca central unificada. Assim como no Brasil, existem na Grã-Bretanha exemplos de cada um dos diversos tipos de arranjos possíveis. A maioria das novas universidades está centralizada em um campus, tendo apenas uma biblioteca central. Algumas das universidades mais antigas, porém, possuem cadeias amplas e complexas de biblio-

tecas departamentais ou de faculdades — Liverpool tem mais de 20; Manchester tem 60, e na Universidade de Londres há mais de 4 milhões e meio de livros divididos entre uma biblioteca central, algumas bibliotecas de faculdade e muitas coleções especiais.

A complexidade deste problema torna-se visível apenas quando se leva em consideração as circunstâncias locais, como no caso da Universidade de Londres. No entanto, podemos fazer algumas observações de caráter geral. A Comissão Parry investigou detalhadamente os resultados obtidos e acredito que as recomendações feitas possuam algum interesse.

O Relatório Parry reage violentamente contra a ausência total de um controle central da biblioteca na universidade. Ele se refere «às dificuldades que surgem em conseqüência de dispersão não coordenada e não planejada dos recursos de uma universidade em vários locais do campus». Algumas desvantagens são óbvias; o desperdício de verbas, através da necessidade de várias cópias de um mesmo título; o fato que as bibliotecas departamentais se transformam em inúmeros e pequeninos impérios difíceis de controlar, e que tornam impossível, como admitem professores e bibliotecários, formar uma coleção planejada para a universidade como um todo. Na verdade, a primeira recomendação do relatório é que todas as bibliotecas de qualquer universidade devem ser controladas por uma comissão da biblioteca central ou autoridade semelhante.

O Relatório Parry reconhece que as bibliotecas departamentais com um controle central são adotadas no cenário universitário que aceitaram os argumentos a seu favor. Essencialmente, argumentava-se que o tempo e as energias do corpo docente e discente da universidade precisavam ser conservados e que os

usuários não deveriam fazer uma longa caminhada para chegar à biblioteca. No entanto, as desvantagens das bibliotecas departamentais — mesmo com um controle central — são muitas. Elas são anti-econômicas em material e principalmente em pessoal. São igualmente — e esta é uma questão mais subjetiva — prejudiciais ao desenvolvimento do programa de leitura individual do aluno. Um aluno que se restringe a uma pequena biblioteca de departamento limita, sem dúvida alguma, suas oportunidades de leitura em seu estilo mais amplo. Isto sem mencionar que os assuntos periféricos que ele possa querer consultar estão espalhados em outras pequenas bibliotecas no campus. Nas universidades britânicas, esta discussão faz parte de uma controvérsia maior sobre os cursos de disciplinas únicas (honour courses) e os cursos que abrangem diversas disciplinas e que existem atualmente em algumas das novas universidades. Em suas recomendações finais sobre o assunto, o relatório Parry reconhece que a posição geográfica da universidade pode, de uma certa forma, forçar as circunstâncias. Sugere também que toda universidade deve possuir um catálogo central no qual deve constar o material de cada biblioteca departamental, e que pode ser utilizado pela universidade como um todo. E, finalmente, nenhuma biblioteca deve ser criada fora da biblioteca central, a menos que haja recursos financeiros para permitir a compra inicial do acervo e sua manutenção permanente. Nas circunstâncias atuais de restrição financeira, o fator econômico é talvez o melhor argumento em favor de uma biblioteca central na universidade.

É interessante notar que dentro das bibliotecas centrais britânicas em funcionamento existe uma tendência no sentido de se organizar o pessoal por assuntos, e não pela divisão tradicional de funções — encar-

regados dos catálogos, orientadores de leitura, selecionadores de livros, etc. No sistema de especialização por assuntos, o pessoal realiza todas estas tarefas profissionais dentro do assunto designado. Quando se considera as múltiplas abordagens necessárias para o trabalho em biblioteca, como por exemplo, os campos da tecnologia, história, esta divisão de pessoal torna-se lógica. O ponto crucial é que o trabalho dos especialistas nos assuntos é coordenado em um órgão central.

Outra evolução no cenário das bibliotecas britânicas é a tendência existente em várias universidades de formar uma biblioteca em nível de Graduação, isto é, uma coleção de livros de referência e livros textos constantemente solicitados pelos alunos. A universidade de Leeds está em vias de abrir a primeira biblioteca de Graduação genuína na Grã-Bretanha, com lugares para 1250 alunos e 120.000 volumes.

RECURSOS FINANCEIROS

Já foi dito que a biblioteca é essencialmente um serviço de apoio vinculado ao programa de ensino e pesquisa de toda a universidade. Considerando que o objetivo da biblioteca é fomentar as atividades da instituição, suas necessidades devem ser consideradas separadamente.

Os recursos financeiros são obviamente tão importantes — e definem tão bem os limites do que pode ser realizado pela biblioteca — que diversas tentativas foram feitas na Grã-Bretanha no sentido de ser encontrada uma *medida* geral que permitisse às universidades estabelecer seus próprios orçamentos para a biblioteca. Esta é uma tarefa difícil, uma vez que as circunstâncias individuais variam grandemente, e as exigências financeiras de uma biblioteca dependem de

uma série de fatores: — o número de disciplinas que a universidade oferece, a extensão das atividades de pesquisa, a topografia da universidade, etc.

Na Grã-Bretanha, no período 1960/74, a percentagem dos gastos periódicos com a biblioteca em relação aos gastos totais da universidade oscilaram entre 3,8 e 4%. Esta percentagem não agrada a quem se interessa pelos destinos das bibliotecas universitárias, e é bastante inquietante notar que durante aquele período o número de volumes encadernados adquiridos pelas bibliotecas universitárias diminuiu, em relação ao número de alunos.

A Associação das Bibliotecas Britânicas recomenda que uma pequena biblioteca universitária, para 3.000 alunos no curso de graduação e 700 em pós-graduação, necessita, no mínimo, de 250.000 livros básicos. Como sempre, há uma diferença entre a teoria e a prática. Um dado mais interessante, talvez, se refere à doação feita pelo governo britânico às oito novas universidades criadas na última década, para aquisição do acervo básico de suas bibliotecas. A doação foi de £ 175.000 para cada nova biblioteca, quantia que na época permitia a compra de cerca de 75.000 livros.

O Relatório Parry apresenta, finalmente, uma recomendação para que se estabeleça uma medida geral dos gastos com a biblioteca dentro da universidade, embora diversas autoridades não concordem com isto, em vista das circunstâncias particulares de cada biblioteca. A recomendação é de que 6% do orçamento da universidade deveria ser destinado à biblioteca e — citando o relatório — «este é um nível abaixo do qual as bibliotecas universitárias britânicas não devem passar». Devo acrescentar que muitas universidades britânicas nunca conseguiram atingir esta percentagem. Por outro lado, esta medida teve alguma repercussão.

Muitas universidades conseguiram manter os 6% para suas bibliotecas: uma delas alcançou 8%. E para as outras universidades, esta percentagem serve de medida oficial, estipulada por uma comissão do governo, e de ponto de referência na batalha permanente em busca da obtenção de reconhecimento para a biblioteca universitária. Na teoria, pelo menos, 6% é uma percentagem modesta.

A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA NO SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÃO

Atualmente, com a imensa nuvem de publicações pairando sobre nós, uma biblioteca só poderá oferecer um serviço realmente eficiente se adotar uma política de cooperação. As universidades, neste sentido, têm um papel muito importante. E é interessante notar que a Comissão Parry à qual já se fez tantas referências, não se omite a respeito e analisa também a questão de cooperação, especialmente quanto aos serviços das bibliotecas nacionais.

A contribuição que as universidades na Grã-Bretanha apresentam em âmbito nacional não é tão predominante e influente quanto a contribuição que acredito deva ser desenvolvida no Brasil. Portanto os comentários sobre o cenário britânico e sua relevância para este País devem ser interpretadas à luz de suas diferenças.

O que se fez em matéria de reorganização bibliotecária, na Grã-Bretanha, foi na verdade, combinar os recursos de um número de bibliotecas e serviços independentes em uma biblioteca nacional chamada *British Library*. As instituições participantes foram a Biblioteca do *British Museum* (correspondente à Biblioteca Nacional no Rio) e a *National Reference Library of Science and Invention*, que é agora a seção

de referência da *British Library*, a *British National Bibliography*, (uma relação classificada de todos os livros britânicos publicados e que também fornece um ponto de referência para a política de classificação e catalogação nacionais), e duas organizações responsáveis pelas atividades relacionadas a empréstimos — *National Central Library* e a *National Lending Library for Science and Technology*. O papel das duas últimas instituições de empréstimos de livros, e as modificações ocorridas nas funções que elas desempenham merecem alguma consideração.

A *National Central Library* possui uma coleção de livros especializados, que são emprestados diretamente a qualquer tipo de biblioteca. A sua principal função no passado foi a de escritório central para empréstimos entre bibliotecas, ligando uma rede de catálogos coletivos regionais através da qual os livros eram emprestados em todas as regiões do país e também no exterior.

A participação da universidade nesta atividade é grande. Por exemplo, cerca de 40% do total de empréstimos anuais ou seja, 50.000 livros foram emprestados às universidades. Na verdade, aproximadamente 5% de todos os livros em circulação nas universidades britânicas são emprestados de outras bibliotecas — uma percentagem bastante alta, se comparada com apenas 1% nas bibliotecas públicas.

Estou falando de livros, que têm um custo de empréstimos pelo correio bastante elevado, o que faz com que esta atividade seja limitada. O papel da *National Lending Library* merece um exame mais profundo, sobretudo, quando se fala de artigos de revistas, cuja demanda como fonte de informação é muito maior.

O crescimento da National Lending Library é impressionante. Ela foi criada pelo Department of Scientific and Industrial Research em 1957 para fazer face à procura de informações em ciência e tecnologia, já que o governo britânico não considerava suficientes os serviços de informação existentes na época. Ela empresta livros dentro da Grã-Bretanha, porém a sua principal atividade é o empréstimo e venda de fotocópias de artigos de revistas para todo o País e para o exterior (incluindo um grande número para instituições no Brasil). São recebidos cerca de 40.000 publicações e mais de um milhão de pedidos, dos quais cerca de 90% são atendidos. Os números estatísticos sobem dia após dia.

O fato mais interessante em tudo isto é a mudança de ênfase do velho método de empréstimo de livros, através de catálogos coletivos e escritórios regionais, para o empréstimo direto através de uma agência centralizada. 35% do grande número de empréstimos de periódicos solicitado à National Lending Library refere-se a pedidos de universidades. O que acontecia nas universidades antes da existência desta Biblioteca? Simplesmente esperava-se muito mais tempo para que pequena porcentagem de pedidos fosse atendida.

Justamente quando tudo indicava que os velhos métodos de catálogos coletivos para empréstimo de material bibliográfico estavam para ser superados, aconteceu o contrário. Isto foi provocado pelo progresso técnico. O projeto MARC, por exemplo, imprime em fitas magnéticas detalhes bibliográficos para leitura por máquina, o que facilita enormemente o manejo de registros bibliográficos. Foi criado o «International Standard Book Number», dando um número

individual a cada livro publicado, o que permite que cada livro tenha sua referência específica nos computadores. (Fui informado de que o Brasil, através da Câmara Brasileira do Livro, está atualmente estudando a possibilidade de sua participação neste esquema). O processo «Computer Output Microform» coloca o acervo computado dos catálogos coletivos diretamente em microfichas, ao invés dos catálogos de fichas usuais. Isto significa que a inclusão da listagem do acervo da biblioteca aos catálogos coletivos pode ser feita facilmente e a custo reduzido, e que os próprios catálogos coletivos podem ser impressos em microforma para todas as bibliotecas participantes. Podem ser feitos empréstimos diretos e existe também a possibilidade de serem impressos catálogos locais baseados no catálogo coletivo geral.

Desta forma, embora a British Library esteja assumindo cada vez mais responsabilidades pelos empréstimos, as formas convencionais de cooperação diretamente entre as próprias bibliotecas estão também renascendo.

As universidades britânicas não participam de acordos em grande escala, para programas de aquisições, como acontece nos Estados Unidos. Mas as Universidades geralmente participam — com as bibliotecas públicas e as dos colégios técnicos — de programas locais de cooperação para prestar serviços de informações às indústrias locais. O Serviço de Informação Técnica de Leicestershire, por exemplo, conta com a assistência da Universidade de Loughborough.

Existe uma organização do governo da Grã-Bretanha que eu gostaria de mencionar em particular, já que ela é efetivamente um elemento cataizador do aperfeiçoamento dos serviços de informação britâni-

cos. É o Office for Scientific and Technical Information (OSTI), criado em 1966 como parte do Department of Education and Science, e em vias de se tornar parte da British Library. Os objetivos principais do OSTI são de aperfeiçoar os serviços atuais de informação e de promover, através da pesquisa, o desenvolvimento dos serviços de informação em ciência e tecnologia. Grande parte deste trabalho é feito através da ASLIB (Association of Special Libraries and Information Bureaux), porém grande número de projetos têm sido financiados através das universidades. O orçamento do OSTI em 1973 foi de quase um milhão de libras (cerca de 15 milhões de cruzeiros).

Finalmente, devemos mencionar os elementos de ligação que existem entre as próprias universidades, para coordenar a contribuição das mesmas em matéria de informação em âmbito nacional. Desde 1950 realiza-se na Grã-Bretanha, uma Standing Conference of National and University Libraries que reúne bibliotecários trabalhando nestas áreas. O Relatório Parry recomenda também que as universidades formem uma comissão permanente com autoridades universitárias para estimular o interesse no estudo dos problemas relativos às bibliotecas, atraindo a participação de outras pessoas nos problemas dos bibliotecários. Em consequência, a Comissão de Reitores e Diretores (uma organização semelhante ao Conselho de Reitores no Brasil) passou a ter uma sub-comissão que inclui reitores, professores e bibliotecários, e cujo objetivo principal é deliberar sobre a política da universidade para bibliotecas. Esta comissão serve também como ligação entre a British Library e outras autoridades bibliotecárias que já mencionei; ela estimula a cooperação entre bibliotecas, coleta diversos dados estatísticos e inicia

estudos especiais sobre bibliotecas. As resoluções e recomendações da comissão representam a opinião conjunta dos dirigentes das universidades britânicas.

Situation of the universities libraries in Great Britain, according to the analysis and the recommendations of the Parry Report. Discussions on the role of the university library in regard to the new teaching methods, need of orientation on library utilization, problems of central control and departmentalization, financial resources and the function of the university library on the national information system.

REFERÊNCIAS

1. University Grants Committee. Report of the Committee on libraries. HMSO, 1967 (Parry report).
2. University Grants Committee. Report on university teaching methods. HMSO, 1964 (Hale report).
3. Royal Comission on medical education. HMSO, 1968 (Todd report).
4. Veja "The British Library". HMSO, 1972.